

A nossa identidade depende de muitas coisas, algumas das quais foram esquecidas ou silenciadas ou postas de parte e marginalizadas

João Pedro Aido entrevista Hélio Alves

Hélio J. S. Alves¹ é professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Foi Presidente da Associação Portuguesa de Literatura Comparada (2013-2018) e Director do Centro de Estudos Comparatistas (2021-2025).

Estudou na Universidade de Londres (King's College e Queen Mary College), onde se licenciou em estudos portugueses e brasileiros, com *minor* em estudos russos, e onde obteve, com uma nota de Distinção, o grau de *Master of Arts in Romance Languages and Literatures* (1986).

Foi durante muitos anos docente na Universidade de Évora, instituição onde se doutorou, em 1999, e onde defendeu, em 2008, provas de agregação. Ensinou na Universidade de Macau durante um ano (2019) e leccionou e/ou examinou também nas Universidades de Berlim (Freie), Nova Iorque (The Graduate Center), Oxford, Pavia e Paris-IV Sorbonne, além de ter sido orador convidado em diversas instituições de ensino superior da Europa e das Américas.

A sua atenção às Humanidades tem sido constante e de largo espectro, tendo-se especializado no ensino e investigação da literatura do Renascimento europeu e português. Entre vários contributos para um maior conhecimento da literatura portuguesa em perspectiva cosmopolita, publicou acerca do teatro vicentino (*Vicente, Shakespeare e a arte do tempo no "Auto da Índia"*; *O teatro de Gil Vicente e a literatura europeia da Idade Moderna*; etc.), sobre a versificação em Francisco de Sá de Miranda (*Mudar de ritmo, mudar de sexo; A linguagem poética de Sá de Miranda*) e no tocante à relação entre poesia e pintura em Jerónimo Corte-Real (*Cervantes's Portuguese painter; Corte-Real, ¿el primer poeta-pintor del paisaje y de la perspectiva?*).

Entre dezenas de livros, capítulos de livros e artigos em revistas académicas, é autor de *Camões, Corte-Real e o Sistema da Epopeia Quinhentista* (2001), *Tempo para Entender. História Comparada da Literatura Portuguesa* (2006), *Poetas que não eram Camões / Poets who weren't Camões* (2018, em co-autoria com Landeg White) e *Trinta Anos de Camões. Ensaios e Intervenções 1991-2021* (2024).

Organizou, introduziu e anotou antologias de poesia portuguesa do século XVI e publica regularmente sobre matérias da sua especialidade.

Gravou dois álbuns de originais para piano solo.

O seu recentemente publicado *Trinta Anos de Camões. Ensaios e Intervenções 1991-2021*² recolhe, como se diz na contracapa, as «reflexões realizadas entre dois regressos do autor a Portugal, o primeiro antes de iniciar a carreira universitária, o último logo depois de mudanças determinantes nela». Que aspetos salienta do seu percurso biográfico, olhando retrospectivamente e assumindo que houve nesse percurso um entre-lugar, tal como com Jorge de Sena, a quem faz uma explícita homenagem no título da obra, o que permite o distanciamento necessário para ver a árvore e conseguir vislumbrar a floresta?

¹ O autor escreve com a ortografia de 1945.

² Hélio Alves (2024). *Trinta Anos de Camões. Ensaios e Intervenções 1991-2021*. Caleidoscópico.

É sempre difícil olharmos para trás e ver o que terá sido mais significativo ou menos significativo para o tipo de trabalho que vamos fazendo. O que posso dizer, no entanto, é que de facto o que aconteceu foi que me formei em Inglaterra e depois vim para Portugal em condições um bocadinho difíceis naquela altura, porque havia muitos problemas com as chamadas equivalências aos graus e, portanto, estive bastante tempo à espera de conseguir equivalência — o processo demorou tanto tempo que, antes de chegarem a qualquer conclusão, um dos membros do júri faleceu...

Um segundo marco, digamos assim, nesse percurso, a jusante do próprio livro, é quando estive um ano a leccionar na Universidade de Macau e depois voltei para Portugal precisamente quando começou o COVID — e esse foi um momento de paragem em muitos aspectos e também de reflexão, sobre nós próprios, o que fazemos e o que deixamos de fazer.

Para além disso, claro, tenho uma experiência pessoal e familiar também de ter estado em vários sítios, ter origens diferentes, e isso talvez me tivesse ajudado a ver as coisas de uma forma diferente.

Se pudéssemos ter uma imagem geral do que acabou por referir sobre a universidade, a cultura universitária e os estudos literários camonianos e outros, concorda que daí resulta uma imagem crítica e não muito positiva?

Sim, é uma imagem crítica, sem dúvida. Eu vim encontrar em Portugal, naquela altura, uma situação muito cristalizada, muito fechada a nível universitário e em que se notava muito o facto de eu ser português e ter vindo de fora, com qualificações estrangeiras, o que significava automaticamente um problema, porque eu não tinha ido numa daquelas levas de docentes e investigadores portugueses que tinham tido bolsas para fazer doutoramentos e obter outras qualificações fora do país. Como, além disso, eu pertencia a uma geração mais nova do que essas levas, senti tudo isso como um obstáculo muito grande, além de ter depois encontrado de facto muito maior pobreza também nos próprios meios, nas próprias condições que havia para fazer investigação.

Sem entrar em demasiadas confidências, posso contar, por exemplo, que quando eu vim para Portugal, em 1987 ou muito perto disso, fui falar com o Dr. Manuel Ferreira, que foi, durante muitos anos, digamos assim, a grande figura nos Estudos Africanos de língua portuguesa, em Portugal. E lembro-me perfeitamente da conversa que tive com ele, em que lhe disse em que circunstâncias estava o que é que me sugeria que eu fizesse. E ele disse-me logo que não pedisse equivalência ao grau, porque ninguém a ia conceder. A única hipótese que tinha seria na Universidade Nova de Lisboa — e foi assim que, de facto, tentei e mesmo assim foi muito complicado, claro, porque depois para esse processo todo era preciso constituir um júri, que tinha de ser nacional, portanto de várias instituições, enfim, isso levantou uma série de problemas.

E logo aí comecei a ser bastante crítico da situação, não via por que razão uma formação noutra país, ainda por cima numa escola bastante prestigiada de outro país, ou em escolas bastante prestigiadas de outro país, não podia ser reconhecida facilmente em Portugal.

Isso hoje já não aconteceria assim?

Não sei, eu não tenho essa experiência, mas creio que não e tenho esperança de que não seja assim, dado que há imensos portugueses a fazer formação lá fora e isso agora seria um pouco absurdo, pelo menos no âmbito da União Europeia.

Naquela altura Portugal estava para entrar na então Comunidade Económica Europeia, e tudo isso era muito novo, muito estranho — mas, claro, depois vim encontrar a tal cristalização das coisas, uma hierarquia muito pesada, muito forte na universidade portuguesa, com muita endogamia, que aliás em geral ainda se mantém, na maior parte dos casos.

Podemos dizer que havia submissão a certos padrões hierárquicos, que aliás vinham de antes do 25 de Abril. Tudo isso notava-se muito, mesmo ainda nos anos noventa.

A sua situação deu-lhe uma maior liberdade de pensamento e maior liberdade intelectual, ou não há propriamente uma relação entre esses dois aspetos?

O facto de ter tido outras experiências, sim, experiências fora de Portugal, nesse sentido talvez. Mas depois, claro, não tinha dúvidas nenhuma sobre a opção de ficar em Portugal na altura, mas era uma opção que trazia os seus custos também, quer dizer, era uma forma de nos confrontarmos com um grande fechamento a nível académico e sobre isso dou algumas indicações no livro.

Sim, de facto. Nesse caso, quando é que decidiu que queria ser professor e ter uma carreira académica — e sua experiência como aluno pesou nessa decisão?

Olhe, pergunta bem, eu não tinha uma percepção muito clara do que queria fazer. Ao contrário do que, imagino, sucede como muitos estudantes hoje em dia, eu fui no caminho, digamos assim, da literatura e cultura portuguesas porque era uma paixão para mim. Era algo que eu queria mesmo fazer por gosto. E nessa altura eu não pensei muito, para não dizer que não pensei nada — e ainda hoje, embora possa não parecer, me parece a situação mais saudável.

Isto é, nós pensarmos num curso superior porque temos em mente uma carreira específica, parece-me desde já uma coisa um bocadinho restritiva, um bocadinho até negativa para a nossa formação enquanto seres humanos. Portanto, eu não tinha essa ideia muito clara e a minha experiência de trabalho noutras áreas fez-me chegar à conclusão de que talvez por aí fosse mais condizente com a minha sensibilidade, digamos assim. E num certo sentido com a minha ambição intelectual.

Procurei ler o máximo de obras suas para preparar esta entrevista. Fui às livrarias, mas não consegui encontrar o essencial das suas obras. Mesmo nas livrarias em linha, muitas estão esgotadas ou não disponíveis. Não lhe parece que isto ilustra um problema crónico das edições em Portugal, onde se encontram à venda pouquíssimos clássicos da nossa literatura e o ensaio é um dos parentes pobres da edição?

É verdade, há vários problemas com a situação editorial e livreira em Portugal. Sobretudo com a situação livreira, porque ainda acabam por editar, desde que haja apoios. Os editores estão muito receosos da sua situação económica.

O problema maior é o da visibilidade. Nós hoje vemos as montras, os escaparates, cheios de capas com muitas cores e com letras garrafais, mas a verdade é que a maior parte das coisas que encontramos não têm interesse nenhum, são publicações destituídas de valor, e depois há publicações que estão cheias de valor, muitas delas com décadas, mas que temos imensa dificuldade em encontrar, mesmo com os meios digitais. No caso português, este aspecto é particularmente negativo.

Vejo-me várias vezes a citar obras que os meus alunos têm imensa dificuldade em obter. Eu próprio tenho de lhes fornecer esses textos. Não, não é fácil.

E depois, além disso, também estamos a passar por um período um bocadinho antipático para o livro, com todo este pendor para as redes sociais, para o tipo de texto rápido, para a falta de concentração sobre textos mais desenvolvidos. Enfim, não estou a dizer novidade nenhuma, não é?

Não, mas é claramente um problema fundamental.

É um problema. E então para o ensino nem se fala.

As pessoas não têm a mais leve noção do trabalho que foi desenvolvido, por exemplo nos estudos camonianos, nos últimos 30 anos

O professor falava agora no problema da visibilidade das obras. Isso permite-me agora falar um pouco mais consigo sobre as suas obras, até para lhes dar alguma visibilidade.

Por isso, vou fazer uma pergunta um bocadinho mais longa, apenas para poder contextualizar para os nossos leitores algumas das suas reflexões.

No ensaio sobre a «Fortuna crítica de Camões, em modo de post-scriptum», recupera um *leitmotiv* de falta de rigor e de estudo nos estudos literários e camonianos — noutros ensaios fala, por ex., no estudo necessário de manuscritos do «exegeta minhoto» [Faria e Sousa em «Manuel de Faria e Sousa...»], o «vasto manancial de matérias em grande parte por estudar» em Faria e Sousa e Pires de Almeida, a lacuna nos estudos sobre os conhecimentos helénicos de Camões [«Presença da *Odisseia* em Camões»] ou sobre os textos que apresentam a *Odisseia* sob formas que levaram o poema (filtrado, adaptado ou compendiado) até aos leitores, a «ignorância geral em que os estudos camonianos ainda vivem no que respeita ao léxico teórico-poético» [«O som e a fúria d'*Os Lusíadas*»] — ou de casos de interpretação «biografista e até fisiologista em que os ensaios camonianos têm sido pródigos», como seria o caso de Vasco Graça Moura (nota de rodapé na p. 109), ou de estudos que vêem *Os Lusíadas* como «uma anti-epopeia, uma tragédia ou uma comédia», como seria o caso de, entre outros, Nuno Júdice (p. 336, «Os Lusíadas de Luís de Camões por mares nunca dantes tratados»). Tudo isto e muito mais seria um enorme sinal de alarme e de preocupação sobre os nossos estudos literários e camonianos, no entanto refere [na «Fortuna crítica...»] que, não só «Camões tem-se revelado particularmente resistente e fechado a uma percepção de presença num mundo *infinitamente* maior e mais vário» (itálico nosso), como lamenta que «O meu próprio trabalho de estudo e investigação manifesta os problemas acima diagnosticados na forma como (não) tem sido recebido» ou mal compreendido, quando se afirma que tem uma preferência especial pela obra de Jerónimo Corte-Real ou pela poesia de Vasco Mouzinho. Ora Camões continua a ser visto numa perspectiva de excepcionalismo ou exclusivismo, sem uma interpretação diversa e mais integrativa, e o seu livro *Camões, Corte-Real e o Sistema da Epopeia Quinhentista* (2001) continua, 25 anos depois, sem reconhecimento público dos seus méritos ou sequer uma recensão crítica.

No entanto, suponho que hoje teria tido o mesmo percurso e privilegiado de novo uma ênfase no género discursivo, na rede de relações textuais, na partilha de códigos retórico-poéticos e princípios compositivos, com manifesto desinteresse por Camões como homem, sujeito e autor?

Quer dizer, são muitas citações, são muitas. Mas muito obrigado, vejo que leu com muita atenção o livro e não só o livro.

Uma parte do que refere tem a ver com a conversa que estávamos a ter há pouco, sobre a indisponibilidade do livro, a indisponibilidade do trabalho, a dificuldade que as pessoas têm de aceder aos estudos fundamentais sobre estes assuntos e sobre muitos outros, com certeza, mas sobre estes assuntos em particular. Isso é um aspecto geral.

Posso-lhe dizer, por exemplo, que eu próprio, que trabalho em torno de Camões, com alguma frequência, e creio que não é só por falta minha, desconheço o trabalho de colegas que sei muito bem quem são e o trabalho que fazem, mas simplesmente não temos um caminho, um percurso, digamos, de publicação e difusão desse

conhecimento que nos permita interagir mais e ter um debate mais profundo, mais apurado sobre estas matérias todas.

Posso dizer, por exemplo, que a minha experiência com colegas e em situações académicas fora de Portugal, nesse aspecto, é marcada por uma diferença muito grande — quer nos casos que eu conheço melhor, como os Estados Unidos da América ou a Itália, quer mesmo na nossa vizinha Espanha, onde há muito mais interacção académica, muito mais conversa possível sobre matérias, vamos dizer para simplificar, deste género, do que acontece em Portugal.

Aqui há uma ausência de conversas profícuas sobre isto, ou, se não é uma ausência total, há pelo menos uma pobreza muito grande, que é uma das coisas que o responsável pelas comemorações de Camões tenta, agora, colmatar dentro do possível.

Isto deve-se a muitas coisas. Uma delas, claro, é Portugal ser um mundo pequenino. Um mundo, desse ponto de vista, academicamente pequenino. E o facto de ser pequenino não quer dizer que as pessoas sejam necessariamente pequeninas, embora o Garrett tenha dito qualquer coisa sobre isso, mas porque, de facto, somos poucos. Não há um universo académico suficientemente rico e variado para esse efeito.

Outro aspecto é quando no fundo me queixo de que esse meu livro, que já tem quase vinte e cinco anos, não foi recebido, eu utilizo isto como uma espécie de padrão, se quiser, para uma situação que é generalizada. Publicações sérias sobre Camões ou sobre temas mais ou menos afins tendem a passar despercebidas em Portugal, a não ser que haja, por qualquer motivo, uma espécie de campanha publicitária ou uma polémica muito grande que alguém tenha levantado a esse respeito.

Em geral, esse debate académico não há, e mesmo que houvesse, esse debate nunca depois transborda para fora da Academia. Uma das situações mais caricatas, e eu aproveito para falar aqui com um dos responsáveis pela Associação de Professores de Português, é precisamente a ignorância em geral que o mundo da educação em Portugal tem sobre este tipo de trabalho. Não é uma, nem duas, nem cinco, nem dez vezes que me encontro em situações em que percebo que as pessoas não têm a mais leve noção do trabalho que foi desenvolvido, por exemplo nos estudos camonianos, nos últimos 30 anos.

Lembro-me de, numa conversa que tive há alguns anos, um professor de Português muito experiente de uma escola secundária do nosso país dizer-me, por exemplo, que não fazia ideia nenhuma de que havia um problema textual com a lírica de Camões, que não se sabia exactamente que poemas é que Camões de facto escreveu, que há poemas que lhe são atribuídos e que ele não escreveu, etc. Ele não tinha a mais leve ideia disso também.

Também é verdade que ele me contrapôs dizendo que uma colega que tinha de dar *A Sibila*, de Agustina Bessa-Luís, afirmava com toda a candura que nunca tinha lido a obra, e que podia dar uma aula perfeitamente sem nunca ter lido o livro.

É verdade que ele se mostrou escandalizado, mas isto dá-nos uma ideia da situação-que encontramos.

E eu não sei exactamente como superar isto. Por um lado, existe esta formalização dos estudos ou das comemorações, que neste caso sempre trazem alguma dessa visibilidade às pessoas; mas, por outro lado, a natureza da matéria em causa não é conhecida de todo. E isto, para mim, é uma fonte de preocupação sempre, porque eu vejo que as pessoas estão distanciadas.

Uma das formas de tentar resolver isso é precisamente publicar um livro como o meu, ou seja, permitir que haja muito mais facilidade em aceder a estas coisas que normalmente estão perdidas em revistas, em artigos, em outras fontes.

A publicação em livro torna muito mais acessível esse conjunto de reflexões.

Isso é uma das vantagens, mas, por outro lado, como é que as pessoas sabem, por exemplo, que estes livros são publicados? Como é que eles são divulgados? Que espécie de repercussão têm? E isso é muito complicado, depende de elementos que são alheios à vida académica — e eu não trabalho em *marketing*, eu não faço publicidade desse tipo nem alguma vez tencionei fazer, nem fazem todas as pessoas sérias que trabalham nestas áreas, portanto é muito complicado falar sobre isso.

Quando estamos a falar do século dezasseis ou quando estamos a falar de literatura da expansão ou quando estamos a falar de identidade nacional, quando estamos a falar dessas coisas todas, Camões ocupa de facto muito espaço

Na sequência do que disse, estava a pensar numa outra observação que faz sobre todo o património quinhentista e seiscentista dos vários poemas narrativos que foi mais ou menos esquecido e não deu origem a actividade crítica ou a «novos horizontes de indagação histórico-poética» (p. 308). Essa matéria não interessa aos nossos investigadores porque a figura de Camões é demasiado tutelar e, de algum modo, absorve os outros autores?

Essa é uma grande questão. Há um pouco disso tudo. Por um lado, Camões, a palavra talvez seja forte, mas é um pouco isso, *obstrui* muito. E, portanto, ocupa um espaço que não permite deixar passar quase mais nada. Quando estamos a falar do século dezasseis ou quando estamos a falar de literatura da expansão ou quando estamos a falar de identidade nacional, quando estamos a falar dessas coisas todas, Camões ocupa de facto muito espaço. Esse é um problema. E, mais uma vez, a própria difusão académica das coisas. Como é que as coisas se sabem? Como é que se ganha interesse por esses tópicos?

Um dos trabalhos que faço com os meus alunos, inclusivamente de licenciatura, é fornecer-lhes textos que eu, à partida, sei que eles não conhecem ou que nunca viram e tento explicar-lhes porque é que vale a pena estarmos a incluí-los num programa de estudos. Por exemplo, este semestre estou a dar uma cadeira que se chama Literatura Portuguesa Clássica. É evidente que não posso deixar de falar de Camões, tenho de falar de Camões de alguma maneira, embora exista uma cadeira própria (Estudos Camonianos), mas aproveito também para ir buscar coisas que são pouco conhecidas para eles poderem ter uma ideia formativa de todo um campo, algo que não diz respeito a um autor ou um texto ou uma situação, mas que diz respeito a uma abordagem a todo um campo.

Se um dia eles tiverem de dar aulas — e tenho alguns alunos que são mesmo professores no ensino básico e secundário — eu sei que eles podem imediatamente ter isso em consideração, mas mesmo aqueles que não são, um dia podem olhar para aquela literatura ou para aquele leque de obras e saber que há abordagens seguras que podemos aplicar a todas elas, ou pelo menos à grande maioria delas, e que essas abordagens seguras depois poderão trazer frutos até bastante inesperados.

Claro que, quando me fala por exemplo da poesia narrativa e dos poemas narrativos, eu não nego que muitos deles têm o que nós poderíamos chamar falta de qualidade; não justificam, a meu ver, e acho que temos de assumir isso também, não justificam abordagens próprias desses textos. No entanto, mesmo os textos com menos qualidade literária muitas vezes trazem contributos fundamentais para a compreensão não só da época, mas da própria literatura como fenómeno e da própria questão que tantas vezes está envolvida da identidade nacional ou da identidade portuguesa. Ou do que for uma cultura portuguesa, uma cultura nacional.

Estou a pensar, por exemplo, num poema que ninguém lê ou quase ninguém leu, que é uma elegia, um poema de finais do século XVI, um longuíssimo poema em dezoito cantos extremamente maçador e aborrecido, em oitava rima como *Os Lusíadas*. No entanto, é um poema que tem umas pérolas de vez em quando — e uma

delas, que é uma fonte muito pouco conhecida, fala do célebre naufrágio de Sepúlveda³. Há um momento no poema em que, a propósito de uma coisa que não tem rigorosamente nada a ver, se fala do naufrágio de Sepúlveda e há uma personagem que conta esse naufrágio. E, ao contrário do que poderia parecer, em vez de contar aquela história que conhecemos, o naufrágio do casal que se perdeu em África e que depois acabou por ser despido e roubado e que morre em circunstâncias trágicas, essa história também conta isso, mas conta pelo meio episódios interessantíssimos, como, por exemplo, um encontro que os naufragos têm com um régulo africano, que lhes faz um discurso que não existe em fonte nenhuma, em crónica nenhuma, a propósito de como é que eles chegaram a esta situação. Esse discurso incide criticamente sobre os portugueses, sobre o movimento expansionista português. E é dito de uma forma muito veemente, muito crítica, muito forte, é um dos casos que me parece que merecia mais atenção.

E os seus alunos são sensíveis a essa abordagem?

Este episódio, em particular, não analisei com eles, mas fico surpreendido muitas vezes com as reacções dos alunos, que não estão à espera que lhes apareça uma coisa completamente desconhecida, até me pedem desculpa, às vezes, a dizer «Ah, eu não conheço, não conheço» — e eu rio-me para eles e digo «Deixe estar, que ninguém conhece».

**Nós vamos conhecer, é por isso que estamos nas aulas, estamos nas aulas
para poder conhecer**

A ideia é mesmo essa.

A ideia é mesmo essa, nós vamos conhecer, é por isso que estamos nas aulas, estamos nas aulas para poder conhecer. E, portanto, para alguns deles é uma verdadeira descoberta.

Extraordinariamente importante, sem dúvida.

Há pouco o professor falava nessa 'obstrução' que Camões constitui relativamente a muitas outras figuras, até autores da mesma época.

No seu ensaio sobre «Os Lusíadas de Luís de Camões por caminhos nunca dantes tratados», p. 331 ss.⁴, expõe, de uma forma rigorosa, erudita e pormenorizada, um «sistema narrativo anti-Outro», p. 332, com a justificação da expulsão dos judeus e mouros (p. 332), mostrando como os muçulmanos são incapazes de nobreza, coragem ou sabedoria, omitindo momentos marcantes da História (p. 333: as guerras civis no tempo de D. Sancho II, D. Dinis e D. Fernando, a desastrosa derrota em Tânger), mais incomodado, na «apagada e vil tristeza» (X, 145), com a falta de subvenção mecénica e não com o estado geral da pátria, cultivando óbvio ressentimento pessoal contra os descendentes de Gama, que o poeta transforma num «fanfarrão e ridiculariza a sua ignorância e inépcia» (p. 334), com preconceitos raciais evidentes — e não correndo riscos, com louvores alinhados com os pontos de vista predominantes e oficiais, mas distribuindo louvores e censuras de acordo com critérios morais altamente questionáveis, «falando suficientemente alto em favor de linhagens nobres, culpando monarcas por recompensarem indivíduos de baixa ascendência (VIII, 41)», e com menosprezo pelo povo comum (p. 338).

³Luís Pereira, *Elegíada*, publicada em 1588, em cujo Canto Sexto se conta a história de Sepúlveda.

⁴Hélio Alves (2024). *Trinta Anos de Camões. Ensaios e Intervenções 1991-2021* (pp. 332 ss.). Caleidoscópio.

A ideia de que Camões canta ou celebra o povo português — essa é uma ideia que eu tenho feito os possíveis por contrariar, mostrando que o texto não justifica este tipo de mensagem

Uma má imagem que fica do Príncipe dos Poetas, sem falar nos «notáveis» defeitos do poema (p. 343), num contexto em que há preconceitos raciais evidentes?

Sim, reconheço isso, mas sabe, muito do que aí é dito não é novo, já foi dito por outras pessoas. Por exemplo, essa observação sobre o facto de Camões culpar o convite a pessoas de baixa ascendência para conselheiros do rei é algo que António José Saraiva já tinha dito nos anos 50, e considerando o texto em si parece-me um daqueles aspetos inegáveis.

Portanto, esse é um aspecto, mas há outros também. Há um ressentimento sobre os descendentes ou o clã dos Gamas, e o texto revela isso de uma maneira que me parece bastante clara. Aliás, num outro ensaio, Oliveira Martins, já no século XIX, diz mesmo que a forma como o Gama é tratado é quase cruel, inclusivamente — ele é diminuído nos próprios *Lusíadas* num momento em que devia estar, digamos assim, no auge da celebração, mas aparece quase rastejante, submetido a trocas mesquinhas de comércio, e isso é algo que alguns autores desde sempre notaram, mas nunca passou para o discurso dominante sobre Camões e *Os Lusíadas*. No entanto é uma coisa que é sabida e Camões foi muito criticado desde muito cedo por isso.

Depois há outros factores que eu de facto menciono aí, alguns dos quais citou, por exemplo a ideia, que é muito forte e que existe tanto à direita como à esquerda do espectro político, a ideia de que Camões canta ou celebra o povo português — essa é uma ideia que eu tenho feito os possíveis por contrariar, mostrando que o texto não justifica este tipo de mensagem.

Mas reconheço que este tipo de mensagem tem um impacto ideológico muito grande. Quando estamos, por exemplo, a comemorar Camões, naturalmente, nós queremos comemorar alguém que tenha de alguma forma exaltado a população portuguesa, o povo português e que o tenha celebrado no seu conjunto.

Eu faço apenas aquilo que há muitos anos um Vitorino Magalhães Godinho fazia, ou um Silva Dias, por exemplo: a minha obrigação é com a verdade. O resultado da investigação é este, se me puderem desmentir e dizer que por A mais B isto não é assim, muito bem — mas, como digo, algumas destas ideias são muito antigas. Camões, de facto, não tem piedade para com os povos não cristãos, que são sistematicamente diminuídos, e não apenas n'*Os Lusíadas*, o que é mais interessante, não é?

Uma das teses importantes do António José Saraiva era a de que Camões concebeu *Os Lusíadas* como uma espécie de mundo à parte, isolado daquilo que o próprio autor pensava, o que é uma tese muito forte, muito bem elaborada, mas que não me parece que seja completamente verdadeira. E uma das maneiras de fazer essa verificação (o não ser completamente verdadeira), é precisamente verificar que na lírica, ou em alguma da poesia lírica, diga-se de passagem, muito pouco conhecida de Camões, e que, no entanto, é indubitavelmente dele, se confirma aquilo que ele escreve n'*Os Lusíadas*, por exemplo a propósito de mouros ou de gentios, que é o vocabulário que ele utilizava, ou a propósito do que podemos chamar talvez das massas populares ou da arraia miúda, o Terceiro Estado, digamos.

Isso aparece de uma forma muito clara e, no entanto, muita gente, para citar uma frase que está no livro também, já que estamos em modo de citação, muita gente sente-se relutante em admitir isto.

Camões de facto elogia os portugueses, mas certos portugueses. Tem uma definição de classe muito precisa, que não é necessário estarmos a escamotear.

E percebe-se porquê?

Claro, porque Camões é um nome identitário por excelência. É o português maior, não é? Ou, como escreve o professor Martim de Albuquerque, é o Lusíada-Maior. E, portanto, com uma definição destas, é muito difícil nós dizermos «bom, não é bem assim».

Camões de facto elogia os portugueses, mas certos portugueses. Tem uma definição de classe muito precisa, que não é necessário estarmos a escamotear.

A tese que referiu de António José Saraiva pode ser uma forma de recuperar uma imagem mais positiva de Camões, a da criação de um mundo à parte, desligado daquilo que nós encontramos na sua obra, precisamente.

Não por acaso, é um dos textos da última fase da vida dele, em que me parece que ele estava a ir por esse caminho.

E, como digo, a tese é muito atractiva, está muito bem elaborada e isso não está em causa. Agora, o próprio Saraiva, mesmo nesse momento, parece perceber que há ali um assumir de opinião – apesar de tudo o que Camões diz sobre muçulmanos ou sobre hindus, por muito exterior que seja a ele –, há ali uma parte em que Camões participa pessoalmente, e no meu livro uma das coisas que digo claramente é que isto não era universal, ao contrário do que se possa pensar, essas ideias que Camões transmite na poesia não quer dizer que outros poetas transmitissem ou que outros escritores transmitissem.

A nossa identidade depende de muitas outras coisas, algumas das quais foram esquecidas ou silenciadas ou postas de parte e marginalizadas

Há mesmo o exemplo de Jerónimo Corte-Real, justamente, que tem uma imagem do Outro que é sempre muito mais empática, digamos assim.

O Corte-Real jamais chamaria aos muçulmanos, por exemplo, o que Camões chama: o «povo imundo». Quer dizer, é uma expressão fortíssima, não é? Negativa. Isso não encontramos em Corte-Real. E não só em Corte-Real, não encontramos noutros autores também.

Portanto, e isso é um dos pontos para mim fundamentais, circula uma espécie de anulação da ideia de que no século XVI as pessoas viviam exactamente como nós vivemos no século XXI. Isto é, há opiniões diversas, há visões diferentes do mundo, mas não há uma visão uniforme, como a ideia tantas vezes transmitida de que, no século XVI, as vozes, se havia vozes do contra, foram completamente abafadas, ninguém as exprimia, estavam todos convictos exactamente de que era assim, de que o caminho era aquele... Não, de todo, não. Havia tanta diferença de opinião como há hoje.

Camões enquanto poeta tem uma face, digamos assim, que toda a gente conhece e toda a gente celebra, e depois tem uma outra face que ninguém conhece e ninguém celebra

Essa é uma imagem importante e uma boa observação, sem dúvida. E hoje, quando celebramos as comemorações de Camões, perante esta ideologia generalizada, perante estes elementos

mais negativos ou ofensivos na poesia camoniana, como fazer? Não se consegue corrigir, excepto pela divulgação de estudos rigorosos que apontem essas questões na obra de Camões?

Sim, mais estudos, mas também exactamente a ideia de permitir que essas ideias sejam aceitáveis, digamos assim, para a generalidade das pessoas. Isso custa muito. Quando um país como Portugal tem uma identidade muito assente em determinados marcos, digamos, e Camões é seguramente um deles, mesmo para as pessoas que nunca leram Camões, é muito difícil depois vir dizer que as coisas não são bem assim — e que a nossa identidade não deve depender destas coisas. A nossa identidade depende de muitas outras coisas, algumas das quais foram esquecidas ou silenciadas ou postas de parte e marginalizadas.

E o meu livro também é um pouco sobre isso — e o que é curioso é que isto afecta o próprio Camões, isto é, Camões enquanto poeta tem uma face, digamos assim, que toda a gente conhece e toda a gente celebra, e depois tem uma outra face que ninguém conhece e ninguém celebra.

Uma delas é esta que eu referi agora: por exemplo, na sua poesia lírica, ele isenta-se completamente de celebrar o povo e, pelo contrário, reprova aquilo que ele chama o povo, o vulgo ignorante, as massas sem nome. E há muita poesia, há alguma, pelo menos poesia lírica, em que ele faz isso. Mas essa poesia lírica não é conhecida por esse facto.

Há uma parte ou há partes da obra de Camões que, sendo desconhecidas, não fazem parte da imagem que nós associamos a Camões. E isso tem as suas consequências e, naturalmente, consequências identitárias, entre muitas outras

De facto, não é só n'Os Lusíadas que verificamos isso.

Não, não, não, claro que não. Por exemplo, é muito conhecido o soneto «Amor é fogo que arde sem se ver» ou «Alma minha gentil que te partiste», toda a gente fala destes sonetos. Mas, curiosamente, por exemplo, «Alma minha gentil que te partiste» está muito longe de ser um soneto típico de Camões. É um soneto um bocadinho excepcional, na lírica dele, da forma como ele exprime as coisas, as relações, a vida na terra e a vida da alma depois. Em Camões, há poucos casos como esse, mas isto mais uma vez são coisas pouco conhecidas, não é? Camões tem alguns poemas extraordinários, de grande complexidade, claro, e por isso também se percebe porque é que depois as pessoas não aderem tão facilmente. Mas isso é parte de Camões.

Camões, entre outras coisas, era um grande poeta e ele sabia lidar com isso. Mas há uma parte ou há partes da obra de Camões que, sendo desconhecidas, não fazem parte da imagem que nós associamos a Camões. E isso tem as suas consequências e, naturalmente, consequências identitárias, entre muitas outras.

Pegar nos deuses mitológicos de uma forma narrativa lúdica parece funcionar de uma forma bastante atraente para os alunos. E poderia ser uma forma de os iniciar no estudo de Camões e, em geral, da literatura portuguesa mais antiga

Reconhecendo a dificuldade que têm os leitores de todos os tempos em, por exemplo, esclarecer o significado da mitologia na épica camoniana, mas não apenas da mitologia, daria alguma sugestão para ensinar Camões hoje aos nossos jovens, ainda por cima num contexto muito problemático de baixos níveis de leitura, tendo em conta que 35% dos nossos jovens, de todos os ciclos, desde o primeiro até ao secundário, nunca ou raramente lêem ao longo de toda a escolaridade, e muitos não compreendem aquilo que lêem e, portanto, neste contexto de baixos níveis de leitura e de dificuldades de compreensão daquilo que se lê, uma obra como a de Camões coloca dificuldades às vezes inultrapassáveis, não lhe parece?

Sim, vou dar-lhe uma sugestão que aqui há uns anos nem me passaria pela cabeça, mas que, conversando com algumas pessoas e alguns professores, verifiquei que talvez fizesse sentido. Por exemplo, o caso da mitologia. Curiosamente, a mitologia parece ser muito atraente para os jovens. Claro que depende da maneira como é leccionada, evidentemente, mas a ideia de falarmos destes seres míticos, mais ou menos fantasmagóricos, com características muito vivas, que sobressaem muito à vista, como Marte, como Vénus, como Júpiter, como Baco, como Mercúrio, traz um aspecto lúdico ao ensino que parece resultar, pelo menos é o que já me disseram.

Considere, por exemplo, o Consílio dos Deuses, que é, do meu ponto de vista, um passo difícil do poema, difícil pela forma como está escrito, difícil por causa dos códigos a que se reporta, dos códigos literários a que se reporta e que são grandes, vastos e complexos — e por causa do próprio conhecimento da cultura clássica. No entanto, pegar nos deuses mitológicos de uma forma narrativa lúdica parece funcionar de uma forma bastante atraente para os alunos. E poderia ser uma forma de os iniciar no estudo de Camões e, em geral, da literatura portuguesa mais antiga.

Podemos perfeitamente olhar para esses deuses como seres humanos comuns ou até como figuras de uma certa literatura ou cinematografia fantástica, dado que muitos alunos estão muito ligados à chamada *fantasy*, como na série *A Guerra dos Tronos*, em que há personagens capazes de fazer coisas mais ou menos fantásticas e, ao mesmo tempo, muito humanas, porque têm as suas relações amorosas, têm os seus ódios, têm os seus pais e filhos. Ora, tudo isso está na mitologia e tudo isso, como no episódio do Consílio dos Deuses, do canto primeiro, é logo posto em acção.

As coisas podem ser extremamente divertidas. Por exemplo, uma das razões pelas quais Vénus apoia os portugueses é porque diz, ou porque diz Camões, que são parecidos com os romanos. Então o que é que tinham os romanos para serem parecidos com os portugueses? Isso pode ser um motivo muito interessante. E são parecidos porque ela é muito atraída por homens valentes ou qualquer coisa do género.

Quer dizer, isto pode funcionar quase ao nível de certa banda desenhada, pode ser muito interessante porque é vivo, quer dizer, estamos a transformar estas figuras em figuras vivas. Este trabalho também pode ser complementado com muita ilustração, por exemplo, imagens de Baco. Estou a pensar na pintura do Caravaggio, em que Baco é a figura de um efebo, uma figura andrógina — e figuras andróginas hoje, com uma população sobretudo urbana com jovens que mudaram de sexo e com as questões de género, neste contexto, a figura de Baco pode ser muito interessante desse ponto de vista, pode ser muito integrativa também.

Ou Marte, por exemplo, na atitude de quem desafia Júpiter e bate com o bastão. Houve pelo menos um crítico dos finais do século dezoito que comentou o atrevimento de Marte ao pôr-se ali a bater com o bastão à frente do chefe — o que parece ser um desafio arrogante ao chefe, pode ser muito divertido em aula.

Parece-lhe exequível a ideia de não concentrarmos Camões no nono e no décimo ano? Faria sentido uma menor concentração em mais anos de escolaridade, eventualmente com textos adaptados para os alunos mais jovens, porque Camões para o sétimo ou oitavo ano poderia ser demasiado difícil?

Não estou muito dentro, neste momento, do que se passa no ensino básico.

Eu diria que, em todo o caso, apostando no caminho da vivacidade, do que é vívido, do que é visualizável e é semelhante a experiências que os alunos têm com outro tipo de espectáculo, vamos chamar-lhe assim, poderia ser um bom caminho, e depois deixar a parte da abstracção para mais tarde, para quando eles têm maior maturidade

Além da lírica, os alunos estudam episódios de *Os Lusíadas*, no 9.º ano, e as reflexões do poeta, no 10.º. Portanto, é uma continuação de Camões, não em episódios da narrativa, mas sobretudo com reflexões.

As chamadas reflexões do poeta são momentos mais filosóficos, digamos assim, portanto envolvem pensamento abstracto, que é aquilo que normalmente os alunos estão menos preparados para fazer.

O nível do pensamento abstracto é algo que leva mais tempo a adquirir, por isso eu falava na mitologia porque visualmente é muito mais interessante. Já os antigos diziam que nós movemo-nos mais pelo exemplo do que pela sentença: não é dizermos que é mau fazer isto ou é bom fazer aquilo, porque isso não quer dizer muito enquanto não vemos os exemplos vivos dessa ideia.

Mas não vejo razão para se estudarem *Os Lusíadas* como bloco, porque isso significa que temos de falar da estrutura da epopeia, e essa estrutura é um elemento muito complexo. E isso é um desafio.

Eu diria que, em todo o caso, apostando no caminho da vivacidade, do que é vívido, do que é visualizável e é semelhante a experiências que os alunos têm com outro tipo de espectáculo, vamos chamar-lhe assim, poderia ser um bom caminho, e depois deixar a parte da abstracção para mais tarde, para quando eles têm maior maturidade.

E eu vi nos olhos deles, a determinado momento, o encantamento de descobrir que aquele soneto não era nada que se parecesse com uma maçada, uma questão de métrica ou de sintaxe, mas era algo que trazia mensagens de que à primeira leitura ninguém se tinha apercebido

António Carlos Cortez, num recente programa das Páginas de Português (Antena 2, dia 30 de novembro de 2025), alega a necessidade de os professores de Português conhecerem certos autores de crítica textual para poderem ensinar Camões de forma correcta. Ele próprio dá o exemplo, no recente livro publicado, de invocar as leituras de autores como Jacinto do Prado Coelho ou David Mourão-Ferreira, em nome de uma clareza de conceitos e de análise. Trata-se de reforçar, como diz na «Fortuna crítica de Camões...», p. 309, a «força egolátrica» de Camões, a maior em toda a literatura portuguesa, como componente essencial para a sua canonização, a partir da «eloquência com que ele exprime a vontade e a energia dedicadas à obtenção (ainda que fracassada, como várias vezes acontece) de autonomia»?

Eu não sei em que contexto é que o António Carlos Cortez faz essa menção, mas eu imaginei que, quando estava a falar em crítica textual, ele estava a falar em crítica textual *stricto sensu*, ou seja, como é que nós criamos edições fiáveis, como é que nós editamos fiavelmente um texto. Não sei se era essa a questão.

Mas aqui é mesmo como ensinar um soneto, como ajudar os alunos a compreender as ideias principais, a encontrarem um sentido, digamos assim.

Uma das observações que eu próprio fiz ao livro do António Carlos Cortez, que li ainda há poucos dias, e por isso tenho bastante fresco na mente, é a quase total ausência de crítica literária, em sentido estrito, de poemas de Camões no panorama nacional. Por incrível que pareça, apesar de Camões ser, digamos assim, o poeta nacional, ou que se considera como poeta nacional, ou o poeta mais conhecido, há muito pouco trabalho crítico-literário da chamada *close reading*. Portanto, da leitura concentrada, próxima, da sua poesia.

Recentemente, há poucos anos, e coordenado pela professora Rita Marnoto, da Universidade de Coimbra, fez-se uma pequena série de volumes pensados precisamente para colmatar o que ela já considerava uma lacuna,

ou seja, ter um estudioso destas matérias, um especialista, a fazer um comentário aos sonetos, sem ter em consideração necessariamente que é de Camões ou que é do século dezasseis, embora alguns elementos inevitavelmente apareçam sobre isso, mas olhando para o soneto como um poema e sendo capaz de tirar desse soneto a sua capacidade estética e a capacidade de ele nos tocar.

Claro que esse objectivo nem sempre foi conseguido, mas aqui para o caso não interessa. O que interessa é que nós temos, nós, portugueses e suponho que brasileiros em parte também, temos muito esta falta, a falta de nos podermos focar nos poemas individualmente. E como temos esta falta, depois a fase seguinte, a fase que virá a seguir, falta também — isto é, a possibilidade de podermos pegar nisso e transferirmos isso para os nossos alunos, para o público em geral. Isso é um problema sério.

Vou-lhe contar uma experiência que tive com alunos do 12.º ano na Escola Secundária de S. Lourenço em Portalegre, já há bastantes anos. Naquela altura, eu orientava estágios de Português aos estudantes estagiários em colaboração com docentes da escola, e a coordenadora dos estágios de Português na escola, na altura, convidou-me a dar uma aula sobre Camões. Eu resolvi pegar num soneto e dedicar a aula àquele soneto de Camões e conversar sobre o poema com os alunos da turma, enquanto alguns professores da escola assistiam. E tive uma experiência de que nunca me vou esquecer. Foi uma experiência extremamente positiva. Tive alguns alunos que me disseram, sem ofensa, claro, que «as nossas aulas são uma seca, mas porque é que não temos mais aulas assim?» E eu respondi, mais para os professores que assistiam à minha aula do que para os alunos: «Vocês não têm mais aulas assim porque os programas, sobretudo os programas e os manuais com eles, calendarizam tudo de uma forma muito precisa e que vocês não podem facilmente contornar. Nós não podemos fazer isto. Imaginem que nós estávamos a fazer isto para todas as obras de Camões com que tínhamos de lidar, para já não falar dos outros autores. Não era possível, mas hoje foi possível, porque eu vim de fora e então dedicámo-nos a um só soneto» — e eu vi nos olhos deles, a determinado momento, o encantamento de descobrirem que aquele soneto não era nada que se parecesse com uma maçada, uma questão de métrica ou de sintaxe, mas era algo que trazia mensagens de que à primeira leitura ninguém se tinha apercebido.

E podemos dizer: reparem que os sonetos são escritos para isso mesmo. É por isso que aquilo funciona daquela forma tão, tão concisa que se consegue tirar daí uma profundidade de sentido e, portanto, um encanto, que mostra que descobrir não é de vez em quando ver um aluno abrir a boca e dizer qualquer coisa.

Mas isso seria um caminho para os professores poderem conhecer melhor, afinal de contas, o que está no poema e saírem muito, e isso é muito importante, saírem muito do manual. Esse é o desafio mais difícil e mais importante.

É um excelente exemplo.

Aliás, talvez uma das principais dificuldades seja os alunos tentarem conseguir ter algumas ferramentas e algum vocabulário para fazerem uma coisa parecida com essa por eles próprios, ou seja, não estarem a repetir a lição do professor ou a lição do manual e conseguirem pensar sobre um texto, qualquer que ele seja, pode ser Camões, mas também pode ser de outro autor. Mas esses exemplos, e voltamos à questão do ensinar pelo exemplo, esses exemplos podem ser pertinentes e até motivadores para os nossos jovens alunos.

Pois, claro, aí, depois do problema da aquisição desse vocabulário, dessa forma de ler, introduzir, por exemplo, o conceito de sujeito lírico. Pode parecer um palavrão para eles. Pode parecer uma grande expressão, mas se nós formos capazes de explicar que sentido faz introduzir sujeito lírico, ou porque é que não é tão óbvio dizer simplesmente o poeta, e olhando para os textos, fazendo isso olhando para os textos, eles começam a perceber logo. Reparem: temos aqui dois textos em que 'o poeta' se comporta de uma maneira completamente diferente

— vocês acham que isto é a mesma pessoa? A mesma pessoa estava com disposição diferente, à segunda-feira sentia-se mal e à quarta-feira já estava bem disposto. Portanto, isso porquê? Porque todo o poema é construído a partir de uma noção de eu que pode até ajudar a perceber coisas como, por exemplo, o Eça de Queirós, os personagens do Eça ou os heterónimos do Fernando Pessoa, coisas deste género.

Mas isso pode ser uma maneira leve, digamos assim, de introduzir conceitos que são muito importantes em estudos literários e em estudos poéticos, em particular, mas que trazem esses conceitos até nós, em vez de aparecermos com definições, o que é complicado.

Por outro lado, também não estou a ver os alunos a ler o David Mourão-Ferreira ou o Jacinto do Prado Coelho, mas estou a ver os professores a aproveitar do Jacinto do Prado Coelho e do David Mourão-Ferreira noções que depois podem aplicar em sala de aula. Por exemplo, eu ainda tenho idade para me lembrar do David Mourão-Ferreira e de como é que ele lia poesia e como é que ele comentava a poesia. Era difícil as pessoas estarem ali sem se sentirem encantadas com aquilo, mesmo que não conhecessem o poema. Mas só de o ler, nós percebemos que ali há qualquer coisa de mágico, não é? E depois, a partir do comentário que se faz, mais mágico fica.

Claro que é evidente que nem toda a gente era capaz de fazer aquilo que fazia Mourão-Ferreira. Mas isso seria um caminho para os professores poderem conhecer melhor, afinal de contas, o que está no poema e saírem muito, e isso é muito importante, saírem muito do manual. Esse é o desafio mais difícil e mais importante.

Porque os manuais acabam por condicionar muito uma leitura que é vista como uma autoridade, que os alunos tendem a repetir, em vez de pensarem pela sua cabeça de uma forma autónoma, de uma forma crítica, sobre o texto que têm à frente.

E depois imagino que, se o professor disser outra coisa, os alunos vão logo dizer «olhe, mas aqui no manual não diz isso». E é mais uma dificuldade para o professor também.

Outra obra notável e cuja fortuna crítica não foi feliz é o seu *Tempo para Entender. História Comparada da Literatura Portuguesa* (2006), em que investiga o potencial individual de escritores e obras de vários períodos e línguas, propondo a construção de uma teoria a que os leitores não foram sensíveis — porque criou o «escândalo de reavaliação do cânone, de Camões e de escritores, ou desconhecidos, ou até então observados de forma muito diminuída»? E, no entanto, uma perspetiva em que cada período literário é regido por um sistema discursivo dominante — ou por não ter código discursivo fundamental nenhum — e em que o cânone muda porque «os autores perdem em portuguesismo no que ganham em significação artística» merecia outra fortuna crítica, pela consideração das relações intertextuais em que, parafraseando a p. 7, a nação é substituída pelo país, a escolha da língua é substituída pela escolha dos discursos e os critérios estéticos, ao serem impraticáveis, são substituídos por apreciações críticas da eloquência. Daí a presença de Cataldo Sículo, que talvez não conhecesse uma palavra de português, Camões e António Ferreira surgem condicionados por linguagens estranhas, Jerónimo Corte-Real e Vasco Mouzinho recuperam a forte identidade individual que a história literária nacional lhes tinha retirado, Camilo é comparado ao ucraniano Gógol, Nobre e Pessoa «trocam papéis e exibem o carácter revolucionário do seu tempo e do nosso», p. 8.

Como explica que esta análise notável não tenha tido uma grande fortuna crítica, passando, de algum modo, um pouco despercebida, apesar de haver aí fortes relações intertextuais entre diferentes autores de uma determinada época, com um potencial enorme de leitura, apesar de alguns autores não serem portugueses?

Essa menor visibilidade, vamos dizer assim, para ser mais simples, resulta de eu não ser um autor televisonado, não fazer comentários semanais na televisão, e isso com certeza iria ajudar...

Mas agora mais seriamente: uma das razões é aquela que aponto no livro, ou seja, o facto de haver uma ideia, que felizmente acho que está a mudar e que já mudou até de forma significativa desde que esse livro foi publicado, que é a ideia constante de que a literatura portuguesa tem interesse por ser portuguesa. O meu livro, ou esse livro, é fundamentalmente uma forma de declarar que a literatura portuguesa é importante por ser literatura.

E para mim, o facto de ser nacional ou mais nacional ou menos nacional não importa grande coisa a não ser quando a própria literatura, o próprio texto literário, aponta para isso directamente.

Gógol ou Cataldo Sículo, que provavelmente nem sabia português, são bons exemplos que mostram que há ali qualquer coisa mais importante do que simplesmente esse portuguesismo, digamos.

Sim, sim, sim. Quer dizer, eu escrevo a partir da posição de alguém que tem amor por estas coisas — eu tenho amor pela poesia, tenho amor pela literatura e procuro transmitir isso. **E para mim, o facto de ser nacional ou mais nacional ou menos nacional não importa grande coisa a não ser quando a própria literatura, o próprio texto literário, aponta para isso directamente.**

Por exemplo, o caso que foi buscar, que é a comparação que faço entre Gógol e Camilo, deve-se a uma coincidência, à história daquelas comparações com as moscas. É uma coincidência que de nacional não tem nada, embora possa ter depois um significado simbólico que remeta para isso, mas o que me interessava era a estratégia estética de ambas as obras para elas se significarem enquanto obras totais.

E, por isso, eu falei nesse caso de um pormenor para depois, a partir desse pormenor, podermos identificar, digamos assim, a globalidade de cada uma dessas obras, porque ambas têm uma estrutura global, aliás, tanto uma como a outra, lindíssima. E, portanto, tratava-se de chamar a atenção para a beleza dessa estrutura global.

Aquilo que me interessa é eu poder ler alguém que escreve muito bem sobre um autor que eu desconheço e a partir daí tirar ilações formidáveis

Essa espécie de escândalo da reavaliação do cânone pode ter sido uma das razões que levam a uma menor fortuna crítica?

Parece-me que sim, porque se eu tivesse ido para a frente e dito que não há dúvida de que, no cânone, os melhores autores são este, aquele e aqueloutro, e só esses são dignos de ser conversados e os outros vamos ignorar como sempre foram ignorados, provavelmente o livro e toda a noção do livro seria mais facilmente aceite.

Normalmente as pessoas não gostam, e desculpe se isto soa um bocadinho sobranceiro, mas as pessoas não gostam que alguém lhe chame a atenção para autores que não conhecem ou para coisas que desconhecem. E, no entanto, para mim esse é o segredo, aquilo que me interessa é eu poder ler alguém que escreve muito bem sobre um autor que eu desconheço e a partir daí tirar ilações formidáveis. Eu tive essa experiência várias vezes com literatura portuguesa e com literatura não portuguesa.

Mas isso implica um bocadinho de paixão, ou seja, um livro destes é para uma pessoa que goste mesmo de literatura, goste mesmo de poesia, e por isso faço aquela introdução um bocadinho não-portuguesa a mostrar como estes poetas, estes escritores portugueses têm uma faceta não-portuguesa que tem sido ignorada. Por

exemplo, pensamos sempre em Gil Vicente como o pai do teatro português, e esquecemos que Gil Vicente escreveu em muitas línguas. Só esse aspecto já é extraordinariamente relevante, não é?

E depois, a partir daí, claro, tudo isso tem um significado que é talvez artístico, porque, no fundo, estamos a chamar a atenção para aquilo que é mais fundo em nós, que é a nossa humanidade. E ao estarmos constantemente a remeter para uma identidade nacional, há uma parte importante da nossa humanidade que é esquecida e é ignorada. Foi no fundo para isso que eu tentei chamar a atenção.

E acho que o fez de uma forma brilhante.

Se me permite, vou parafrasear a forma com que termina esse ensaio, quando diz que Gógol e Camilo se aproximam na sua forma de olhar o mundo, como átomos e sistemas solares que, nessa lente específica, 'se equivalem funcional e alegoricamente' (p. 167): «chamando a atenção para as formas mais baixas de vida, retratando a miséria moral e social dos seus pares, notam que ela se equivale quando observada a várias distâncias» (p. 171).

Mas a suprema ironia com que Camilo termina *A Brasileira de Prazins*, no P.S. final (p. 199 de Aletheia Editores), a citar Voltaire para reconhecer que «deixaremos este mundo tolo e mau, tal qual era quando cá entrámos», não é uma alegoria destes esforços que são muitas vezes inconsequentes e em que acabamos também, «sem esperança num futuro redentor», a castigar «velada e mordazmente os seus leitores» (p. 171)? Ou seja, às vezes sonhando muito que vamos mudar o mundo e na realidade não mudamos nada?

Mas eu também coloquei essa citação, devo dizer, de uma forma irónica, porque parece que Camilo está a ser irónico, está a dizer que isto não mudou nada e, no fundo, o que ele está a representar é que isto mudou tudo, não é?

Sem dúvida. Como quando diz que 'estas novelas não servem para nada'.

É, não servem para nada... E, no entanto, ele deu a volta completa à *Brasileira de Prazins* e deu a volta completa à ideia daquela pobre mulher, que acaba por ser no fim muito outra do que era.